

O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS



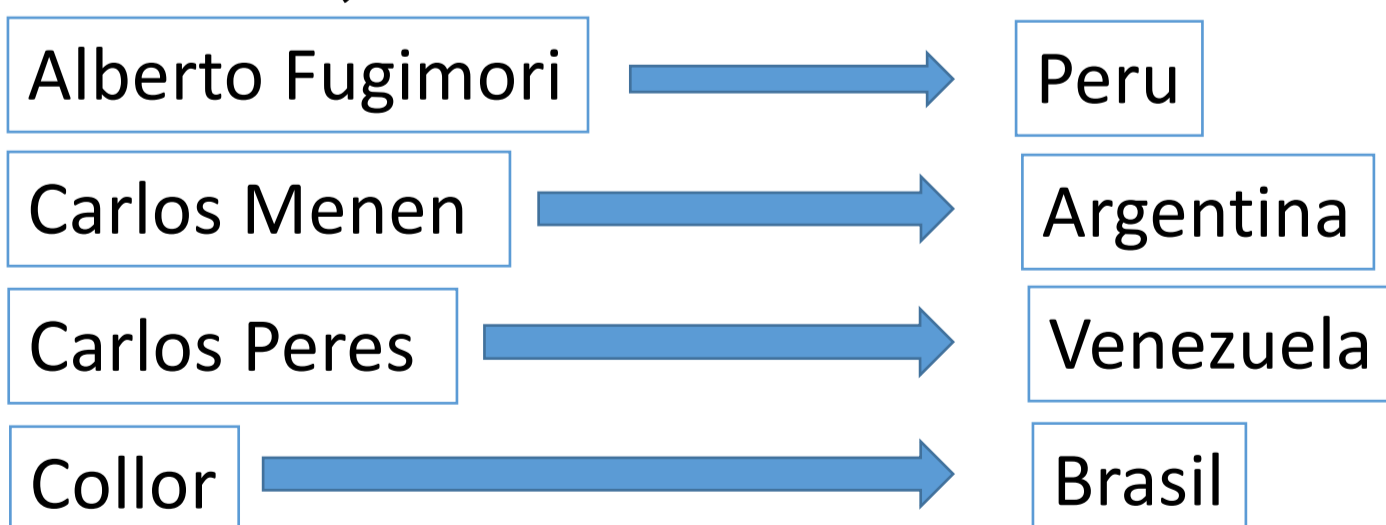
Autora: Carolina Rosa Kader; **orientadora:** Daniela de Oliveira Pires

OBJETIVO

Analisar as múltiplas formas de relação entre o público e o privado na educação em países latino-americanos: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia, e Brasil, a fim de entender como esta relação interfere na produção das políticas públicas na América Latina e suas implicações para a democratização da educação.

FUNDAMENTAÇÃO

Nos países latino-americanos a questão democrática foi adquirindo relevância ao longo da década de 1980, com o processo de abertura política e redemocratização. Nesse contexto, os eixos principais dos movimentos sociais estavam vinculados à democracia, à gestão democrática do Estado através da participação da sociedade nas decisões políticas, enfim, à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, encontrou, porém, enormes obstáculos, pois o processo de abertura foi pactuado com as forças da ditadura. Cada país viveu seu processo particular de acordo com sua correlação de forças e interpretação diante das pressões internacionais. No final dos anos de 1980 e início de 1990 o neoliberalismo se efetiva na América Latina, tendo sido eleitos:



Destaca-se que esse processo no Chile já estava em curso

O período foi marcado pelo aprofundamento da crise econômica nos anos 80. Como resposta a tal crise foi disseminado um ideário neoliberal, que avançou graças aos organismos financeiros internacionais

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa teve como base a identificação das fontes primárias e secundárias, por meio do levantamento da organização dos Estados segundo suas constituições, dos dados populacionais e socioeconômicos, bem como histórico dos processos de redemocratização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto os países latino-americanos estavam avançando em direção a participação popular e a luta por direitos sociais, a democracia sofreu o impacto das estratégias do capital para a superação de sua crise: neoliberalismo, globalização e reestruturação produtiva, que já estavam em curso no resto do mundo e vinham em sentido contrário a esse movimento. Observou-se um descompasso entre o processo de abertura democrática em que viviam os países da América Latina e a crise da democracia, no chamado capitalismo metropolitano. Não é por acaso que, apesar de termos avançado na materialização de direitos através da legislação, temos a dificuldade de implementá-los. Assim sendo, se as redefinições no papel do Estado, em âmbito internacional, apresentam importantes implicações para o processo de democratização e a minimização de direitos universais e de qualidade para todos, esse processo é ainda mais problemático em países que viveram ditaduras e estão em um processo recente de luta por direitos materializados em políticas. No caso da promoção do direito social à educação, verifica-se que o Estado, em muitos casos, continua sendo o responsável pelo acesso, mas o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil.

BIBLIOGRAFIA

IVALDO, Vieira. **Os Direitos e a Política Social**. São Paulo: Cortez, 2004; FRANCO, Maria A. Ciavatta; PUIGGRÓS, Adriana; BERTUSSI, Guadalupe T. **Estudos Comparados e Educação na América Latina**. São Paulo: Livros do Tatu: Cortez, 1992; HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008; PERONI, Vera (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013; PERONI, Vera. **Política educacional e papel do estado no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003, v.1.